SÉRGIO OLIVEIRA

SIONISMO

REVISIONISMO

FANTASIA

REALIDADE

Rua Voltaire Pires, 300
90640-160 Porto Alegre-RS, Brasil

SIONISMO
X
REVISIONISMO

FANTASIA
X
REALIDADE

Sérgio Oliveira

Pelotas, agosto de 1993

NOTA DOS EDITORES

É com grande satisfação que apresentamos aos leitores esta terceira obra, editada por nós, do excelente pesquisador e historiador militar brasileiro SÉRGIO OLIVEIRA.

Suas obras anteriores — "Hitler, Culpado ou Inocente?" e "O Massacre de Katyn" — sofreram violentas críticas e pressões por parte da única federação estrangeira existente e atuante dentro do nosso país — a Israelita.

Acostumado a ditar ordens sem contestação no Oriente Médio e na maior parte do mundo ocidental, Israel ensaia seus ataques à livre expressão do pensamento também por aqui. Sob a falsa acusação de *racismo*, essa federação conseguiu que nossa Justiça chegasse ao ponto de mandar apreender a sua obra mais importante e esclarecedora: "Hitler, Culpado ou Inocente?".

A respeito dessa infeliz intromissão estrangeira em nossos assuntos internos — que inclusive resultou na equivocada retirada de circulação de seis das mais importantes obras da nossa editora (indicadas no final deste livro) — queremos lembrar as palavras do Exmº Sr. Desembargador João Andrades Carvalho:

"A Constituição é brasileira, feita para brasileiros. Somos um povo pobre mas dispensamos os guardiões da nossa consciência."

Sentimo-nos imensamente constrangidos ao imaginarmos que pesquisadores e historiadores brasileiros serão, doravante, obrigados a submeter os resultados de seus estudos à censura e ao *nihil obstat* da Federação Israelita, ou outro organismo estrangeiro qualquer enquistado dentro do nosso próprio país. Este tipo de comportamento pode ter cabimento lá em Israel — país que não possui Constituição escrita — mais é inconcebível no Brasil, onde nossa Constituição explicita — sem meios termos — os nossos direitos de cidadãos.

Não podemos aceitar — e não aceitamos — qualquer interferência estrangeira, ou de seus subordinados; não aceitamos sob hipótese alguma sermos monitorados e patrulhados por ninguém. Muito menos por elementos ou instituições alienígenas que se julgam no direito de pretender dizer o que os brasileiros podem ou não podem ler, saber ou pensar.

Porto Alegre, agosto de 1993

REVISÃO EDITORA LTDA.

Siegfried Ellwanger
(S.E.Castan)

CONFERINDO E DIVULGANDO A HISTÓRIA
Caixa Postal 10.466, CEP 90001-970 Porto Alege, RS

INTRODUÇÃO

Não escrevi este texto com a pretensão de vê-lo transformado em livro. Minha intenção foi tão-somente elaborar um depoimento sobre as razões que me levaram ao revisionismo, ou, como pretendem alguns, a caminhar na contra-mão da História. O editor de minhas duas obras — "O Massacre de Katyn" e "Hitler — Culpado ou Inocente?", fora levado às barras de tribunais, sob a alegação de que as obras de sua autoria, e de alguns outros autores que tiveram títulos por ele publicados, eram de cunho "racista" e/ou faziam a apologia do "nazismo".

Por ter certeza de que, mais cedo ou mais tarde, seria chamado a depor como testemunha (ou até mesmo como co-réu dos "crimes" imputados a S. E. CASTAN), decidi redigir um depoimento, uma síntese do que pensava a respeito das arbitrariedades cometidas contra meu editor. Em outras palavras, este texto era endereçado aos tribunais onde corriam — e correm ainda, processos contra S. E. CASTAN. Deste modo, mesmo que transformado em opúsculo, não se desvia de sua razão de ser. Se assim o desejar, S. E. CASTAN (Siegfried Ellwanger) tem plena liberdade para solicitar sua anexação aos autos de qualquer um dos processos em curso, pois representa aquilo que penso sobre o imbroglio em que o meteram.

É certo que todos nós brasileiro vivemos momentos de dúvida e de apreensão. Os noticiosos põem à mostra um sem número de fatos que levam muitas pessoas a descrer no amanhã. Entram em luta dois pólos opostos: a corrupção de valores e os últimos pilares da moralidade, da cidadania, dos direitos individuais, dos costumes, da tradição e até mesmo do sentimento religioso. É cada vez maior o número daqueles que duvidam da lisura dos poderes constituídos, acreditando que mergulhamos todos num tempo de "salve-se quem puder"...

Não sou diferente dos cidadãos comuns, e por isso também me encontro no meio daqueles que se sentem apreensivos com o futuro. A "lei de Gerson" tem sido uma constantes no cotidiano dos brasileiros, mas há um Poder que, apesar de respingos e exceções aqui e ali, ainda se

mantém ileso ao mar de lama que procurar encobrir todos os segmentos da sociedade nacional — o Judiciário. E é este Poder, unicamente ele, que irá decidir acerca da existência de ''crime'' na ações de S. E. CASTAN.

Não é necessária uma reflexão profunda e tampouco grande saber jurídico para concluir que o exercício da livre expressão de pensamento não constitui crime. Crime, isto sim, comete aquele ou aqueles que cerceiam ou procuram cercear a livre expressão de pensamento.

Pelotas, agosto de 1993

Sérgio Oliveira

I — AS FONTES DO CONHECIMENTO

Desde a Grécia Antiga os filósofos vêm se preocupando com o "conhecimento humano" e, fundamentalmente, com suas fontes ou origens. Quatro teorias surgiram desde aquela época até os dias atuais, tentando cada uma delas solucionar a questão. Pretendem os racionalistas que a fonte única do "conhecimento humano" seja a razão, o pensamento, a reflexão filosófica. Para os empiristas a origem única do "conhecimento humano" seria a experiência, ou seja, decorreria ele de um contato sensorial do indivíduo com a imagem gravada pela memória. As outras duas teorias do "conhecimento humano" — o Intelectualismo e o Apriorismo — são tentativas de conjugar o Racionalismo com o Empirismo, aproximando-se mais de uma ou de outra, mas concordando em tese em que o "conhecimento humano" provém tanto da reflexão filosófica (razão) quanto da experiência.

Santo Agostinho, um dos mais notáveis filósofos de todos os tempos, escreveu a respeito dessa controvérsia:

"Tenho certeza de que escondi na memória não simples imagens, mas os próprios objetos. Que digam, se puderem, por onde entraram em mim. Percorrendo todas as portas do corpo, não consigo saber por qual entraram. Os olhos dizem: "Se eram coloridas, fomos nós que anunciamos." Replicam os ouvidos: "Ressoaram, foram por nós comunicadas". Declara o olfato: "Se tinham cheiro, passaram certamente por mim". Afirma ainda o sentido do gosto: "Se não tinham sabor, nada me perguntes". E o tato: "Se não eram sensíveis, não as apalpei; e se não as apalpei, não as pude indicar". Pois a saudade, o amor, a piedade, o rancor, a ignorância e tantos outros sentimentos estavam dentro de mim, embora não tivessem cor, nem som, nem cheiro, nem gosto, e muito menos pudessem ser tocados... De onde provinham então, se o contato sensorial não se lembrava deles? Certamente só poderiam ter origem na razão, na reflexão crítica que está

liberada da experiência e da interferência de qualquer um dos sentidos..."
(In:"*Confissões*")

A interpretação de fatos históricos tanto pode seguir o método empírico do "viu", do "ouviu dizer" quanto o difícil, mas correto caminho racionalista da análise e da reflexão crítica. Nos casos específicos de guerras, à exceção dos "correspondentes de guerra", nenhum historiador vivenciou os fatos in loco. Valeu-se de informações (corretas ou não) transmitidas por fontes geralmente interessadas em transmitir um determinado tipo de verdade. Tratando-se, por exemplo, da Guerra do Paraguai, a versão brasileira não corresponde à versão paraguaia. Para os historiadores brasileiros Solano Lopez é o vilão da história; para os paraguaios, ele é seu maior herói.

No Brasil, como aliás ocorre em quase todas as partes do mundo, após o término da Segunda Guerra Mundial a história do conflito foi contada por apenas um dos lados envolvidos. Versões contrárias, como a de Sàlvador BORREGO, por exemplo, embora tenha chegado a 36 edições, somente pôde ser lida fora do México e da Espanha por um número restrito de pessoas. O patrulhamento ideológico, zeloso em impedir que a outra face da verdade viesse à tona, cuidou para que "Derrota Mundial" não fosse traduzida para outros idiomas.

A História do Brasil também vem sofrendo as conseqüências do patrulhamento ideológico. Os compêndios que chegam às escolas, em bom número foram escritos por ilustres desconhecidos. Na maioria das vezes, antes do que historiadores, os autores das chamadas "obras didáticas" nada mais são do que compiladores ou adaptadores de obras anteriormente publicadas. Mudam-se as ilustrações, aproveita-se o avanço das técnicas de impressão, mas o texto continua repetindo os fatos tal como a historiografia "oficial" determina, como convém ao sistema, à elite responsável pela manutenção dos estereótipos de heróis e bandidos que povoam qualquer livro de história.

Assim, para a grande maioria dos historiadores brasileiros, o exército do Império, comandado então pelo Conde D'Eu, impôs aos paraguaios uma memorável derrota em Campo Grande (Nu Guassu na historiografia guarani). Em realidade, como foi fartamente observado e noticiado por correspondentes de guerra neutros, o exército imperial brasileiro combateu ali com um efetivo de 20 mil homens, contra uma força inimiga de 3 mil e 500 soldados, a maioria deles com idade entre "nove e quinze anos",

comandados por Bernardino Caballero — o melhor general de Francisco Solano Lopez (a tropa de Caballero contava com apenas 500 soldados de linha [VI Batalhão de Veteranos]; os 3 mil combatentes que completavam sua tropa eram crianças). Julio José CHIAVENATTO, um dos poucos "revisionistas" da atualidade, assim descreve aquela chacina que os historiadores patrícios chamam de batalha:

> "A batalha começou na manhã de 16 de agosto de 1869, num campo aberto, coberto de macega. Os paraguaios ficaram num "círculo de fogo". Sofreram o ataque brasileiro por quatro lados: pelo norte, a cavalaria de Hipólito Ribeiro; pelo leste, as forças do General Câmara; pelo sul, os veteranos do General Resin; e, finalmente pelo oeste, as forças do comandante-em-chefe, o Conde D'Eu. Atacados pelos quatro flancos, numa flagrante desproporção de forças, a resistência durou o dia inteiro... As crianças, no calor da batalha, apavoradas, agarravam-se às pernas dos soldados brasileiros, chorando, pedindo que não as matassem. Muitas delas eram degoladas no ato. (...) Finalmente, após um dia de luta, os paraguaios foram derrotados. (...) À noite, quando algumas mães vieram recolher as crianças feridas ou enterrar os mortos, o Conde D'Eu mandou incendiar a macega. No braseiro viam-se crianças feridas correr até caírem vítimas das chamas..."(1)

Como ninguém da geração atual esteve presente aos fatos que se desenrolaram durante a Guerra do Paraguai, só se pode tomar conhecimento deles através da leitura ou da escuta da narração por parte de alguém que, pelo menos pretensamente, esteja a par do assunto. Infelizmente, boa parte das pessoas que se dizem conhecedoras de história vale-se do método empírico, e exclusivamente deste. Se lhes perguntam "Por que isto é assim ou assado?" — respondem invariavelmente: "Porque li em determinado livro", ou "Porque fulano disse". Há algumas décadas atrás, a resposta — "Li nas Seleções de Reader's Digest" era tiro e queda para pôr um ponto final em qualquer discussão. Hoje, a resposta comum é — "Li na Veja" ou "Deu na Globo". Ninguém precisa mastigar, nem ruminar; é só deglutir.

Para que alguém conheça realmente a História do Brasil não é o bastante ler um dos compêndios oficiais ou oficializados. Ler três dúzias deles também não traz qualquer resultado prático, porque em se espre-

(1) Julio José CHIAVENATTO. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*, p. 158.

mendo vertem o mesmo sumo.

A História não é ciência exata como a Física e a Matemática. Não é uma ciência experimental que se esgota no método empírico. A História é ciência social que exige reflexão crítica. É ciência eminentemente racional. O historiador pode valer-se do método empírico para coletar dados, para avaliar opiniões, para checar versões. Mas seu trabalho não se esgota aí. De posse das informações coletadas, deve enveredar pela alameda do Racionalismo buscando a verdade. Dizem os juristas que em todo caso de divórcio litigioso existem três versões diferentes: a do marido, a da mulher e a verdadeira. Com a História, mormente quando se trata do relato de uma guerra, ocorre o mesmo caso. Existe a versão do vencedor, a do derrotado e a verdadeira. O verdadeiro historiador não se dá por satisfeito em ouvir uma das partes e transcrever *ipsis litteris* o que lhe foi relatado. Ele ouve todas as partes interessadas (utilizando o método empírico) e de posse de um ponto de partida, lança-se à segunda e mais difícil parte de seu trabalho: a busca da verdade através da aplicação do método racional. Voltando ao fato histórico Guerra do Paraguai, certamente que a verdade não está com Julio José CHIAVENATTO, que intitula o genro do Imperador de "o famigerado Conde D'Eu" (p.158) e que atribui aos brasileiros e seus aliados da Tríplice Aliança o "massacre puro e simples de 75,75% da população paraguaia". Mas é certo, também, que a verdade se encontra distante da historiografia brasileira que circula nas salas de aula do país.

O "patrulhamento ideológico" é responsável por uma das maiores aberrações de que se tem notícia neste país. Enquanto obscuros autores circulam através de suas obras pelas salas de aula, historiadores de incontestável valor, como Pedro CALMON e Gustavo BARROSO (ambos Presidentes da Academia Brasileira de Letras e agraciados com inúmeras comendas e títulos internacionais; possuidores de currículos jamais igualados por qualquer historiador patrício), são invariavelmente "impedidos" de entrar nas escolas. Se alguém, desejoso de saber o porquê dos vetos a CALMON e BARROSO, procurar suas obras, poderá encontrar alguma dificuldade, todavia valerá a pena o esforço. A "História Secreta do Brasil", de Gustavo BARROSO, está sendo republicada pela Revisão Editora (os volumes I e II se encontram à disposição do público). A "História Social do Brasil", em dois volumes, foi publicada em 1937 pela Companhia Editora Nacional, e faz parte do acervo de todas as boas bibliotecas do país. Estas obras, de inestimável valor, apontam os verdadeiros responsáveis pela escravidão no Brasil — e estes não são os

portugueses — daí o veto que lhes foi imposto.

Michael LOWY, autor de "Ideologias e Ciência Social" — obra publicada pela Editora Cortez, São Paulo, 1989, diz que deve existir, por parte do cientista social, "um esforço, uma intenção de chegar ao conhecimento objetivo e verdadeiro." (p.44) E acrescenta: "Obviamente, nunca haverá um conhecimento objetivo da realidade se o cientista social desde o princípio parte da idéia de que o que ele está buscando não é um conhecimento da realidade, mas outra coisa — propaganda, publicidade, ou seja o que for. Em outras palavras, não se pode chegar à verdade se não há intenção de se chegar a ela." (p.45)

Se alguém recebe dinheiro para escrever um artigo provando, por exemplo, que o esgoto de São Paulo é o melhor do hemisfério ocidental, seu trabalho não vai ter nada a ver com um trabalho científico. Isto porque ele já partiu da hipótese de que o objetivo dele não era conhecer a verdade, mas fazer propaganda pura. Existem historiadores que ao invés de utilizarem o método científico em seus trabalhos, enveredam pela senda do simplismo, da compilação, da repetição de chavões oficializados por seus antecessores. Acabam se tornando muito mais propagandistas do que historiadores.

RICKERT, citado por Michal LOWY, lembra que "a realidade, por definição, é infinita; é impossível um conhecimento total da realidade."[2] Tomando-se, por exemplo, uma sala de aula como objeto de pesquisa, como uma configuração social sujeita a análise, seria necessário levar em conta que cada pessoa presente tem sua própria história, sua família, sua participação no trabalho e em vários grupos sociais, suas relações, seus projetos; sua inserção em uma ou várias instituições, sua participação no sistema de ensino, etc... Tudo isso seria de interesse na investigação e se poderia passar anos buscando a totalidade dos fatos, sem por isso alcançá-la.

Não se pode pretender de sã consciência que a História da Segunda Guerra Mundial, escrita pelos vencedores mesmo antes que silenciassem os canhões, seja a versão exata e definitiva daquele conflito, de seus antecedentes e conseqüências. O verdadeiro historiador deverá ouvir os dois lados, livrar-se tanto quanto possível das naturais influências do meio externo, evitar os prejulgamentos, as tendências, as emanações ideológicas a fim de aproximar-se tanto quanto possível da verdade.

Toda ciência histórica e social implica necessariamente na seleção de certos valores, que vão apontar o que é importante, e o que não é; o que

(2) Michael LOWY. *Ideologias e Ciência Social*, p. 46.

merece ser estudado e o que não merece. São esses valores que nos permitem colher na massa infinita de pequenos fatos aqueles que devem ser considerados importantes. Mesmo assim, o historiador não poderá assegurar-se de que aquilo que considerou importante para si, é também mais importante para os outros.

Com relação à Segunda Guerra Mundial, por exemplo, pode-se perguntar por que Hitler atacou a União Soviética em junho de 1941 e não antes? Por que não conseguiu derrotar o exército soviético antes do inverno 1941/1942? Os então: As derrotas soviéticas iniciais foram devidas ao maior poderio do exército alemão, ou resultaram de uma estratégia de Stálin para desgastar o inimigo? A ajuda norte-americana em materiais foi importante para a recuperação das tropas soviéticas? Cada um desses problemas forçosamente conduzirá as investigações a um rumo diferente. E estas possivelmente chegarão a resultados contraditórios.

Mas existem questões que não permitem resultados dúbios, como por exemplo: Foram os alemães os responsáveis pelo massacre de Katyn? Os alemães assassinaram 6 milhões de judeus em suas "câmaras de gás"? Nestes dois casos aventados como exemplo, as respostas não conduzem a dúvidas. Elas admitem o "sim" ou o "não".

No caso específico do massacre de Katyn, sabe-se que os soviéticos tentaram inculpar os alemães em Nuremberg. Suas "provas" eram tão inconsistentes que obrigaram os juízes aliados a retirar o caso da pauta do "tribunal". Mas os acusadores não se deram por satisfeitos. Transladaram os "réus" para Moscou, "julgaram-nos", e condenaram onze deles à morte pela autoria do crime.

Em janeiro de 1989, a Revisão Editora lançou no mercado a obra "O Massacre de Katyn", acusando os soviéticos pelo massacre dos oficiais poloneses, versão que contrariava os "patrulheiros ideológicos". Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, denunciou a existência de um movimento para o "ressurgimento do nazismo". O jornal Zero Hora publicou reportagem intitulada "Propaganda anti-semita denunciada por Krischke", ressaltando: "O Movimento de Justiça e Direitos Humanos solicitou ao Ministério Público uma ação penal contra o que considera preconceito racial, manifestado através de publicações que *dão nova versão sobre crimes praticados na Segunda Guerra*". Acompanhava o texto uma fotografia das capas dos diversos livros "revisionistas" que se atreviam a *dar novas versões a crimes praticados durante a Segunda Guerra Mundial*, dentre eles, "O Massacre

de Katyn", da autoria de Sérgio Oliveira.

A referida reportagem deixava claro que era "proibido" rever a História. Duvidar do que afirmavam os "propagandistas" dos vencedores era "crime", segundo o conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke. Pois bem, poucos dias depois da manifestação de Krischke, os próprios poloneses passaram a "desconfiar" de que a História estava mal contada. A Revista "Veja", de 15 de março de 1989, em sua página 43, dizia: "A história agora é oficial: Polônia acusa URSS pela chacina de Katyn". Decorreu mais um ano e um mês para que os próprios soviéticos assumissem a autoria do crime. Certamente com muito pesar, o jornal Zero Hora viu-se obrigado a publicar: "URSS reconhece massacre de oficiais poloneses em 1940 — Em Katyn, o grande crime." (14/04/90)

O senhor Jair Krischke meteu a viola no saco e nem sequer se deu ao trabalho de remendar a mancada de um ano atrás. Não seria o caso do autor de "O Massacre de Katyn" ressarcir-se dos prejuízos causados pelo "patrulheiro"? Afinal de contas, sua obra fora acusada de "mentirosa".

É sintomática a constatação de que apenas uma organização dentre as milhares no Brasil se preocupe com a revisão da História da Segunda Guerra Mundial. E aqui não se faz referência ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos ao qual pertence Krischke, mas à Confederação Israelita do Brasil, cujo objetivo é "combater manifestações anti-religiosas e contra os judeus" (Enciclopédia Delta Universal, Vol. 4, p. 2227). Ora, nunca se ouviu falar que descendentes de alemães, italianos, poloneses, japoneses, chineses ou de qualquer outra nacionalidade precisassem se defender de qualquer tipo de manifestação. Mesmo porque são todos brasileiros e não de sua nacionalidade de origem. Os judeus, todavia, se colocam em situação *sui generis*, como se deduz facilmente através da simples análise dos objetivos da Confederação Israelita do Brasil. Admitem que não são brasileiros, mas, simplesmente, judeus...

Tudo indica que a afirmação de Theodore Herzl, o fundador do Sionismo, não é uma invenção dos anti-sionistas: "Nós somos uma única Nação. Nós não somos judeus americanos, nem judeus soviéticos, nem judeus poloneses; nós somos apenas judeus."

Aliás, a preocupação em manter-se incólume às influências culturais dos povos que os receberam de braços abertos, como é o caso do Brasil, não é segredo. É intenção explícita, difundida abertamente, como se pode inferir de uma reportagem publicada na Revista "Shalom" (novembro/

dezembro de 1989, p. 45): "*Zagmar recomenda que o aluno deve continuar seus estudos em yeshivá ou em Israel para não correr o risco da assimilação.*" Ou então de um prospecto distribuído em São Paulo com a recomendação: "*Se o seu filho não freqüentar uma Escola Judaica, seu neto poderá deixar de ser Judeu.*" O alerta, sob o patrocínio da Federação Israelita do Estado de São Paulo e da Chevra Kadisha de São Paulo, cataloga uma série de educandários onde os judeus devem matricular seus filhos, sob pena de, em não o fazendo, correrem o risco da assimilação, isto é, da indesejada conseqüência de *pensarem e agirem como os brasileiros*!

A mesma revista, no mês de agosto de 1989, indicava à comunidade judaica como escolher os seus candidatos. É claro que todo cidadão consciente vota no candidato que, no seu entender, reúne as melhores condições de servir ao País, ao Estado, ao Município. Eis a recomendação de Shalom (Ano XXV, nº 274, p.8): "*A única pergunta que nos parece relevante ao questionar candidatos é "guit fer Iden oder sclecht fer Iden?" —é bom para os judeus ou é ruim para os judeus?*" Já pensaram o que significa separar os interesses brasileiros dos interesses judaicos? Colocar os interesses das comunidades alemãs, italianas, polonesas, japonesas ou de uma série de outras nacionalidades que se tornaram brasileiras por opção, à frente dos interesses nacionais? Certamente que nenhuma delas chegou a pensar assim, ou pelo menos teve a petulância de declará-lo abertamente!

A reportagem citada traz uma confidência: "*Durante os anos da ditadura tivemos "amigos" poderosos nos centros de decisão*" (p. 8) Certamente foram estes amigos poderosos que amordaçaram a voz de muitas pessoas, impedindo que a verdade viesse à tona. Hoje, devem escassear os "amigos" infiltrados no governo. A campanha de desmoralização do governo Collor foi capitaneada por dois órgãos de imprensa — Revista "Veja" e Rede "Globo" — comprometidas inequivocamente com os interesses judaicos. Itamar Franco muito provavelmente não está incluído entre os "amigos", pois mal chegou a tomar posse e já recebeu uma presepada: "Início Pífio — Itamar monta um Ministério de compadres". Entre os "compadres" de Itamar com certeza não estão incluídos os "amigos" de quem reclama!

Mas se escasseiam os "amigos" infiltrados nas esferas governamentais, sobram eles num poder paralelo que muitas vezes supera até o poder do Estado. A Revista "Veja", em sua edição de 6 de setembro de 1989, publicou uma declaração do Cardeal Josef Glemp, primaz da Igreja Cató-

lica Polonesa: *"O poder dos judeus repousa sobre os meios de comunicação, que estão à sua disposição em várias partes do mundo!"* Qualquer pessoa de mediana inteligência, sem qualquer esforço, constata a situação atual da imprensa brasileira, das redes de rádio e televisão e das editoras de livros. A afirmação de Glemp se presta ao Brasil como luva mandada fazer por encomenda...

É deste poder paralelo, monitorado pela Confederação Israelita do Brasil, que partem as ações penais e pressões de toda ordem contra o revisionismo histórico que engatinha neste país, com a intenção única e exclusiva de analisar os fatos racionalmente e não pelo método empírico. Tentam equiparar a História à Matemática e a Física, exigindo que se engula as "versões oficializadas" como se fossem postulados, teoremas ou leis.

Uma tática consagrada no mundo inteiro, principalmente pelas ideologias extremistas, é acusar o adversário de cometer os crimes que seus próprios asseclas cometem. Apesar das atitudes inequivocamente racistas anteriormente apontadas, com respeito à educação, convém acrescentar mais uma concernente ao casamento:

> "Assim como o shofar se cala diante do Shabat, assim também os nossos próprios desejos e vontades devem assumir uma importância secundária diante da sobrevivência do povo de Israel. Um exemplo: os casamentos mistos (quando falo em casamentos "mistos", refiro-me aos casamentos sem conversão). Não importa quão intenso seja o envolvimento pessoal, o casamento misto representa um tremendo golpe contra o futuro do nosso povo. E desprezar a Aliança é cometer um crime contra a sobrevivência de Klal Israel... Se não aprendermos hoje a lição do "shofar silencioso", então daqui a três gerações, o shofar estará silencioso para sempre... por falta de alguém que o escuta!" (Revista "Shalom", Ano XXV, nº 274, agosto de 1989, p. 7)

Antes, a juventude judaica nascida no Brasil não podia freqüentar escolas não-israelitas, sob pena de *pensar como os brasileiros*; agora, é-lhes vedado o casamento misto! Ora, que isto se trata de racismo ninguém duvida!

Mas os judeus têm uma noção especial de racismo: eles não são de nenhum modo racistas; racistas são todos aqueles que contrariam os seus interesses. Atentem para esta pérola de ponto-de-vista: *"A dependência*

do mercado externo levou o Brasil a esfriar suas relações com Israel e fazer grandes negócios com o mundo árabe; aderir, em segredo, ao boicote e votar pela infame resolução das Nações Unidas que equiparou o sionismo ao racismo." (Revista "Shalom", Ano XXV, nº 274, agosto de 1989, p. 9)

Para forçar sua cruzada contra o revisionismo histórico, os grandes interessados na manutenção das farsas e mentiras valem-se de expedientes que tocam as raias do absurdo. Com o intuito de engrossar as fileiras dos descontentes, trouxeram para junto de si associações como o Movimento Negro! Certamente confiam na ignorância semeada pelas cartilhas de História que passam pelos bancos escolares. O termo "holocausto", criado para identificar o "assassinato" de 6 milhões de judeus pela Alemanha nazista, pode ser perfeitamente aplicado ao regime de escravidão do Brasil colonial e imperial. O negro trazido da África sofreu um processo de exploração de tal monta, foi submetido a um genocídio sistemático de tamanho vulto, que superou facilmente a cifra de 6 milhões.

Foram os portugueses os responsáveis por este holocausto?

A historiografia oficializada responde afirmativamente a esta pergunta. Mas a análise fria dos fatos responde negativamente. Não foram os portugueses que colonizaram o Brasil, não foram autênticos lusitanos que implantaram aqui o sistema colonial, baseado na exploração da indústria açucareira. Não foram eles que desenvolveram o tráfico negreiro, que progrediram à custa da mão-de-obra escrava e que, conseqüentemente, deram curso ao "holocausto brasileiro". Os Noronha, os Nunes, os Cavalcanti, os Lins e uma infinidade de outros sobrenomes aparentemente lusitanos, abrigavam "cristãos-novos" desejosos de fazer fortuna em plagas distantes, onde a Santa Inquisição os deixava em relativa paz. Foram esses "cristãos-novos", em outras palavras, judeus "disfarçados de portugueses", que vieram se instalar na costa brasileira com a finalidade única de fazer fortuna a qualquer custo.

Eis o que diz Pedro CALMON, historiador laureado, Presidente da Academia Brasileira de Letras, reconhecido internacionalmente, mas que tem seus livros banidos das salas de aula:

> "Talvez a origem israelita do comércio brasileiro motivasse aquela invencível antipatia do pequeno agricultor contra o mercador. De fato, os judeus dominavam o grosso trato da Bahia, por ocasião da Primeira Visitação do Santo Ofício, em 1591... Os portugueses da

Bahia pareciam comumente ricos. Eram muito afeiçoados ao comércio e geralmente de raça judia".(3)

TAUNAY, em sua obra "Na Bahia Colonial" (p.291) declara: "Os cristãos-novos tinham nas mãos o rosário e no coração... as contas."

Acrescenta Pedro CALMON:

"A influência dos negociantes israelitas estendia-se ao engenho produtor, à firma embarcadora, ao intermediário de Lisboa a quem era consignada a mercadoria, às praças consumidoras do centro e do sul da Europa. Quando a Espanha se colocou de permeio entre os engenhos do Brasil e os compradores flamengos, estes imaginaram a organização de uma Companhia Mercantil de conquista e empreenderam a guerra de 1624-1654."(4)

"Um dos mais opulentos senhores de engenho em Pernambuco foi Felipe Cavalcanti. Outro, Cristóvão Lins... Ambos eram cristãos-novos e prosperaram à custa do trabalho escravo."(5)

"Poucos escaparam, na Bahia, de um judeu prestamista, de nome João Nunes, denunciado à Inquisição em 1594 pela prática de usura."(6)

Não apenas as obras de Gustavo BARROSO e Pedro CALMON mostram o outro lado da moeda da História do Brasil. Aquele que estiver interessado em mergulhar a fundo no assunto, além das duas fontes indicadas, poderá recorrer às seguintes:

— *Denunciações e Confissões da Bahia*, de Capistrano de ABREU;
— *História de Portugal*, de Oliveira MARTINS;
— *História do Brasil*, de SOUTHEY;
— *Os judeus portugueses e brasileiros na América Espanhola*, de Argeu GUIMARÃES;
— *Na Bahia Colonial*, de Afonso de E. TAUNAY;
— *Voyage - Rio de Janeiro et Minas*, de V. SAINT-HILAIRE;

(3) Pedro Calmon. *História Social do Brasil*. Tomo I, p. 27.
(4) Idem, p. 36.
(5) Ibidem, p. 41.
(6) Ibidem, p. 41.

— *Terra do Sol, Aquem da Atlântida* e *Almas de lama e aço*, de Gustavo BARROSO;

— *Os judeus portugueses*, de Argeu GUIMARÃES;

— *D. João VI no Brasil*, de Oliveira LIMA;

— *História Geral do Brasil*, de VERNHAGEN;

— *A Maçonaria em Pernambuco*, de Pereira da COSTA;

— *História do Império —A Elaboração da Independência*, de Tobias MONTEIRO.(7)

Malgrado toda esta parafernália que se moveu contra os revisionistas brasileiros, e principalmente contra o editor S. E. CASTAN, eles continuam o seu trabalho de pesquisa. Pode-se afirmar em linguagem futebolística que o primeiro gol já foi marcado, quando da confissão dos soviéticos sobra a autoria do massacre de Katyn.

O outro embuste que se está procurando desmascarar, embora o enfrentamento de dificuldades e resistências, encaminha-se para um final semelhante ao do massacre dos oficiais poloneses. A Polônia já mandou retirar das 19 lápides de Auschwitz as letras metálicas que diziam: "*Em memória dos 4 milhões de crianças, mulheres e homens torturados e assassinados pelos alemães*". Na edição de 26 de março de 1992, em acanhada nota de canto de página, o jornal "Zero Hora" viu-se obrigado a publicar: VÍTIMAS DE AUSCHWITZ FORAM 1,5 MILHÃO. O pequeno texto dizia: "Documentos recém-divulgados em Varsóvia confirmam que 1,5 milhão de pessoas morreram no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau durante a Segunda Guerra Mundial. O número contraria o total de 4 milhões de pessoas alegado pela ex-URSS logo após o final do conflito. A soma ficou reduzida na verificação de arquivos devolvidos à Polônia por ex-autoridades soviéticas." (p.20)

Parece que as baterias dos anti-revisionistas brasileiros estão mal assestadas: ao invés de investir contra os que negam a cifra de 6 milhões de judeus mortos durante a Segunda Guerra Mundial, através de livros, deveriam enviar moções de protesto aos poloneses pela remoção das inscrições de Auschwitz-Birkenau e pela reformulação do número de mortos ali ocorridas. (Convém ressaltar que os poloneses apontam o número de 1,5 milhão de mortos de todas as nacionalidades, e não de 1,5

---

(7) A maioria destas obras não tem publicação recente, mas pode ser encontrada em bibliotecas. A única que se encontra à venda é a "*História Secreta do Brasil*", de Gustavo BARROSO, cujos dois primeiros volumes foram republicados pela Revisão Editora.

milhão de judeus.)

Apesar dos desmentidos poloneses (não refutados pelos judeus perante os organismos internacionais), nos primeiros dias de outubro de 1992 instituições judaicas de Porto Alegre (e provavelmente de outras cidades brasileiras) reuniram-se em desagravo à morte de *6 milhões de judeus*, vitimados pelo nazismo.

Tanto faz analisar-se a questão relativa ao número de mortes em Auschwitz-Birkenau pelo método empírico como pelo racional, chega-se invariavelmente à mesma conclusão: seria impossível os alemães terem feito desaparecer pela sublimação (passagem do estado sólido para o gasoso) 4 milhões de pessoas no curto espaço de 3 anos e 2 meses. (Auschwitz-Birkenau funcionou de 1º de novembro de 1941 a 17 de janeiro de 1945 = 1.171 dias.)

Admitindo-se que os alemães passaram a "gasear" e "cremar" os internos de Auschwitz-Birkenau desde o primeiro dia, constata-se que a média diária de gaseados-cremados é de 3.416 pessoas. Recentemente, Fred A. Leuchter Jr. engenheiro norte-americano residente em Boston, Massachusetts, especializado no projeto e fabricação de equipamentos usados nas prisões dos Estados Unidos, inclusive câmaras de gás, realizou uma perícia técnica nas instalações de Auschwitz-Birkenau, chegando às seguintes conclusões:

1) Nenhum dos locais onde, pretensamente tinham funcionado câmaras de gás, oferecia condições técnicas para a execução de pessoas ou grupos de pessoas;

2) As amostras retiradas do reboco interno não comprovaram a presença de cianureto (substância componente do Zyklon-B, não perecível com o passar do tempo);

3) O complexo Auschwitz-Birkenau possuía 5 crematórios com capacidade máxima diária de processamento de 156 cadáveres:

● Krema I	18
● Krema II	45
● Krema III	45
● Krema IV	24
● Krema V	24
	156

4) O produto restante da multiplicação da capacidade máxima dos crematórios pelo número de dias em que o campo esteve ativado é de:

156 X 1.171 = 182.676 cremações

Pretendeu-se alegar que além dos crematórios, os alemães utilizavam o expediente de cremar os cadáveres em grandes e profundas valas, ao ar livre, e que estas valas ardiam noite e dia, durante todo o tempo em que o campo esteve em atividade. Como a região de Auschwitz-Birkenau era um pólo industrial, aviões ingleses e norte-americanos realizaram centenas de raides aéreos sobre o campo, fotografando cuidadosamente suas instalações. Nenhuma dentre as milhares de fotografias obtidas denuncia a existência de valas fumegantes. Além disso, foi constatado que o lençol freático da região de Auschwitz (uma charneca) encontra-se a pouco mais de 1 metro de profundidade. Neste caso, os alemães cremavam cadáveres mergulhados em imensas piscinas!

Refutada a hipótese da cremação em valas, é preciso admitir que todos os 4 milhões de cadáveres foram incinerados nos 5 fornos crematórios existentes no campo:

4.000.000 : 156 = 25.641 dias
25.641 : 365 = 70 anos e 25 dias

Levando-se em conta que Auschwitz-Birkenau começou a funcionar em novembro de 1941, chega-se à conclusão de que as cremações chegarão a cabo em dezembro de 2011!

Acusar o revisionismo da Segunda Guerra Mundial de anti-semitismo, apenas porque contraria a versão judaica dos fatos, é algo inadmissível. Serão anti-semitas os que crêem que Jesus Cristo é filho de Deus? Ou aqueles que acreditam que a Física, a Química e a Matemática são ciências exatas, e que indicam a impossibilidade de fechar-se o cálculo dos 6 milhões de judeus mortos durante a Segunda Guerra Mundial?

Passaram-se 360 anos desde a época em que a Inquisição incluiu as obras de Galileu Galilei no Index dos livros proibidos, condenando o astrônomo à prisão perpétua, por afirmar que Terra se movia em torno do Sol. Hoje, já não se pode tolerar medidas "inquisitórias", nem o monitoramento das idéias, e tampouco o privilégio de quem quer que pretenda apoderar-se da verdade.

II — ACERCA DA PRÁTICA DO RACISMO

Confundir "discordância de opinião" com "prática de racismo" equivale a considerar racistas os torcedores gremistas e/ou colorados, os católicos, os protestantes, os socialistas, os liberais, os apreciadores de música clássica, os amantes do "rock pauleira", os positivistas, os romancistas, os modernistas... Cada uma dessas correntes de opinião defende o seu lado, demonstrando suas virtudes e apontando os defeitos da corrente oposta.

Se uma pessoa for apanhada utilizando um botijão de gás liquefeito de petróleo, como fonte de combustível para seu automóvel, poderá ser penalizada pelo cometimento de uma contravenção claramente tipificada pela legislação em vigor. O mesmo ocorrerá com o indivíduo que, sem título de médico, se por a receitar chás medicinais, cobrando ou não pelos serviços prestados. Neste caso, a prática de curandeirismo ou exercício irregular da medicina estará plenamente configurada.

Todavia, nenhuma sanção poderá ser imposta àquele que escrever um tratado sobre "as vantagens do emprego do gás liquefeito de petróleo em motores de combustão", ou sobre "as propriedades medicinais de espécimes da flora brasileira". No primeiro caso, caracteriza-se a *prática* de um ato ilícito. No segundo caso, não há qualquer ilícito penal, porque a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, alínea IV, assegura a todos "a livre expressão de pensamento". Não importa que alguém exalte as vantagens do emprego do gás liquefeito em motores de combustão, mesmo sabendo que isso é proibido por lei. Nenhum ato ilícito estará cometendo, a menos que utilize, na prática, o gás liquefeito em seu automóvel ou instigue os outros a fazê-lo. Será que um sacerdote que se ponha a afirmar que "o outro lado da vida" é melhor do que a efêmera passagem do homem pela Terra, pode ser incriminado por incitamento ao suicídio?

Entre o pensar e o agir (que pode ser tomado também como incitar) há uma diferença clara que não permite dúvidas. Chega a ser ridículo que

uma Confederação (ou suas Federações subalternas), cujos membros cometem acintosamente a prática do racismo (como foi demonstrado no capítulo anterior) tente impingir a pecha de racista a pessoas que pensam na contramão de seus interesses.

A "prática do racismo" é, com toda a certeza, uma nódoa que deve ser extirpada de toda e qualquer sociedade. Mas não se confunda "externar idéias" com "praticar o racismo". Serão racistas os antropólogos Gilberto FREYRE ("*Casa-Grande & Senzala*"), Sérgio Buarque de HOLLANDA ("*Raízes do Brasil*") e Manuel Diégues JÚNIOR ("*Etnias e Culturas no Brasil*"), dentre muitos outros, que afirmam terem os brasileiros herdados do indígena "a indolência, a preguiça e o desânimo", e do negro "a lascívia e a tendência ao sexo promíscuo"?

O máximo que ocorreu até agora em torno dessas colocações foi um debate didático, científico, em alto nível, sobre a existência ou não de caracteres raciais permanentes.

Em contrapartida, é considerado "prática de racismo" afirmar, com base nos pontos de vista de autores como Henry FORD, Gustavo BARROSO, Louis MARSCHALKO, Calixto de WOLSKI, BRAFMANN, W. CREUTZ, Paul JOHNNSON, Israel BLUMENFELDi, Michael ASHERI e dezenas de outros, que os judeus têm "aversão acentuada a todo trabalho material que importe em fadiga, sendo dotados, todavia, para a especulação, principalmente em assuntos de dinheiro". (Henry FORD. *O Judeu Internacional*, p.11)

Para o Sr. Jair KRISCHKE, a obra "O Massacre de Katyn", publicada pela Revisão Editora, embora não abordasse a questão judaica em nenhum momento, atendo-se exclusivamente ao "affair" entre alemães, soviéticos e poloneses, foi catalogada como "anti-semita" pelo simples fato de "dar uma nova versão sobre crimes praticados na Segunda Guerra Mundial". A seu pedido, muitos exemplares da referida obra foram encaminhados ao Ministério Público, sob a alegação de que, juntamente com outras publicações da Revisão Editora, *incitava o preconceito racial*.

Posteriormente, quando poloneses e soviéticos vieram confirmar a versão apresentada na obra, ninguém se dignou a um pedido de desculpas; sequer uma linha de explicação apareceu na imprensa, que fora zelosa em noticiar a apreensão dos livros.

Os veículos de comunicação, que antes divulgaram a *absurda negação da história*, limitaram-se a calar.

Pois na ótica dos contrariados a coisa muda de figura: a vítima senta-

se na cadeira dos réus e os que deveriam ali estar se põem na posição de vítimas.

A tragicomédia se transforma em ópera bufa: os praticantes de atos inequívocos de racismo, com a maior desfaçatez, apontam o dedo para a vítima levada ao banco de réus e acusam-na daquela prática. *Joseph Goebbels transmitiu-lhes valiosa lição!*

Incitar jovens judeus a matricularem-se em colégios judaicos, para se livrarem do risco da assimilação e, obviamente, evitarem os casamentos mistos, para eles não constitui "prática de racismo". Praticar racismo, no seu entender, é pensar em desacordo com seus interesses. É duvidar que o número de judeus "assassinados pelos nazistas" chegue à cifra de 6 milhões!

Se isto constitui "prática de racismo", infelizmente o número de racistas existentes no mundo, que já é grande, tende a aumentar à medida em que governos que antes se negavam em rever a história, como os soviéticos e os poloneses, por exemplo, revelarem a verdade.

O estranho é que a atitude polonesa que determinou a remoção das inscrições das 19 lápides de Auschwitz-Birkenau, e a conseqüente divulgação de novas cifras (1,5 milhão de mortos, ao invés de 4 milhões) não provocou qualquer contestação, qualquer argumentação contrária. Se contestação houve, esgotou-se no ato puramente simbólico, destituído de efeito prático. Diz um velho adágio popular que "quem cala consente". Tudo indica que aqui não há o que contestar e, por isso, o mais indicado é calar. Enterrar a cabeça na terra, como faz o avestruz, fingindo ignorar os fatos, parece uma boa tática na hora em que escasseiam os argumentos.

Melhor do que debater publicamente os novos acontecimentos, o que certamente despertaria a curiosidade dos que hoje ignoram ou se omitem, é fazer de conta que nada mudou. A remoção das inscrições das lápides de Auschwitz-Birkenau e as crifras divulgadas pelos poloneses chegaram ao conhecimento de algumas poucas pessoas. Essas pessoas, bombardeadas há mais de quatro décadas por livros, revistas, filmes e tele-filmes caprichosamente preparados para impressionar, estão com as "cabecinhas feitas" e dificilmente aceitarão num primeiro momento o que foi agora revelado. Trazer o assunto à baila, debatê-lo, expô-lo à opinião pública é, com certeza, contraproducente.

Existem táticas mais eficazes. Todos sabem que os terceiro-mundistas são useiros e vezeiros em copiar modismos internacionais. Sem que ninguém escrevesse livros enaltecendo o "rock-and-roll", a onda "hippie", o psicodelismo ou as "viagens", eles vieram e se foram com a pertinácia

da brisa. É certo que, infelizmente, nem todos esses modismos se foram...

Na Europa e nos Estados Unidos da atualidade, a onda são os "cabeças-raspadas", uma juventude revoltada contra a realidade sócio-econômica de seus países. Na Alemanha Unificada a revolta é contra a imigração estrangeira, que chega a cifras alarmantes, provocando o desemprego da população nativa ou a redução dos salários pela super-oferta de mão-de-obra. Com o claro intuito de aniquilar uma das maiores potências econômicas da atualidade, as potências ocidentais que ainda monitoram o governo títere da Alemanha, impuseram absurdas leis de imigração. Chegam a entrar em território germânico 30 mil imigrantes por semana! A situação é insuportável. Os "skin-heads" daquele país tentam impor, pelo medo, um BASTA! ao fenômeno migratório, que está prejudicando a economia da Alemanha unificada.

Não cabe aqui discutir se a ação desses grupos é certa ou errada. Importa constatar que eles existem e porque existem. E por existirem, como os modismos de décadas passadas, vieram para o Brasil. Em outras palavras, os "skin-heads" paulistas e cariocas existem porque surgiram modelos exógenos e a macaquice peculiar à juventude achou por bem copiá-los. Os "skin-heads" tupiniquins não são produtos da literatura revisionista. A juventude da atualidade, com raríssimas exceções, não "desperdiça" seu tempo com a leitura de livros. Muito menos quando se trata de livros de História. O jovem afeito à leitura não se enquadra no modelo "skin-head".

Apesar da constatação, reconhecida por qualquer inteligência mediana, os "patrulheiros ideológicos" tentam relacionar o revisionismo histórico com as estripulias dos "skin-heads" brasileiros.

Se a literatura revisionista é responsável pelos "cabeças-raspadas" surgidos no Brasil, como explicar o surgimento deles na Alemanha, onde a circulação de livros revisionistas é proibida? Terão os jovens alemães importado o modelo brasileiro? Ao que parece isso não aconteceu, pois os "cabeça-raspadas" da Europa surgiram bem antes dos brasileiros...

Nenhuma das obras publicadas pela Revisão Editora incita à discriminação racial, à violência, ao revanchismo. Elas se limitam a analisar fatos com apoio em vasta bibliografia, que inclui inúmeras obras escritas inclusive por autores judeus. Não pretendem esgotar assunto, mas propor questões à reflexão e à análise, sem radicalizações, extremismos ou pontos de vista fechados.

Afinal de contas, como já se teve oportunidade de frisar anterior-

mente, a História não é uma ciência exata. Aquilo que pode parecer verdadeiro hoje, amanhã poderá revelar-se falso. Aceitar novos argumentos, novos dados, novas revelações, refazendo opiniões e/ou pontos de vista, é obrigação de todo historiador. A atitude de responder com agressões àqueles que contrariam seus interesses é incompatível ao verdadeiro historiador. Não se pode agir como mula birrenta que empaca e se nega a andar senão em uma direção.

III — DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

"Não se pode refutar uma ética cientificamente; pode-se acreditar em outra, mas não há maneira científica de provar que um determinado valor seja certo e outro errado. Também, acreditar em consenso de valores é uma ilusão, porque se os valores culturais, nacionais, sociais são postos, não se pode acreditar que a ciência possa resolver esse conflito. Acreditar nisso é um erro fundamental."[8]

"Sem discussão livre e racional é impossível o avanço da ciência."[9]

"A discussão entre Galileu e o Santo Ofício para estabelecer como é que a Terra gira já foi resolvida há muito tempo."[10]

O notável escritor judeu Raymond ARON escreveu em suas "Memórias": "O pluralismo intelectual ou espiritual não aspira a verdade comparável à da Matemática ou da Física; não recai tampouco ao nível de uma opinião qualquer. Ele possui raízes na tradição de nossa cultura, justifica-se, e de certa maneira verifica-se, pela falsidade das crenças que se esforçam por negá-lo."

Outro pensador — Victor SERGE, autor de "Memórias de um Revolucionário" — afirma: "As relações entre o erro e o conhecimento correto são ainda demasiado obscuras para que se possa pretender regulá-las com autoridade, pois existem poucas exatidões definitivas. Isso significa que a liberdade de pensamento parece-me um dos valores mais essenciais."

Estas e centenas de outras colocações defensoras da liberdade de pensamento e expressão vêm sendo sistemáticamente ignoradas pelos "patrulheiros ideológicos" contrários à revisão histórica da Segunda Guerra

(8) Max WEBER. In: Michael LOWY. *Ideologias e Ciência Social*, p. 51.
(9) Michael LOWY. Op. cit. p. 64.
(10) Idem, p. 65.

Mundial. São usados todos os meios disponíveis: a imprensa, o judiciário, as ameaças veladas ou não. No Rio de Janeiro e em Porto Alegre efetuaram-se apreensões de livros, *ignorando arbitrariamente o texto constitucional.* Nas esferas do judiciário procura-se transformar a vítima em réu e os atropeladores da lei em vítimas. As livrarias recebem cartas ou visitas dos "patrulheiros", convidando-as a retirar das prateleiras as obras revisionistas. Jornais que publicam anúncios desses livros sofrem ameaças de boicote. Chegam a ficar privados de uma de suas matérias-primas indispensáveis: a tinta de impressão. Josef GLEMP, primaz da Igreja Católica Polonesa, afirmara que o poder dos judeus emana do controle dos meios de comunicação. Verifica-se que o referido poder, pelo menos no Brasil, extrapola o simples controle dos meios de comunicação. Revela-se envolvente, como os tentáculos de um polvo, abarcando o setor econômico e influindo até mesmo sobre o judiciário. Coincidentemente com a enxurrada de pornografia, de degradação da pessoa e da família, da inversão de valores e da ode à violência, à corrupção e à quebra das salutares tradições, a televisão brasileira, controlada pelos judeus, move uma campanha de desmoralização do revisionismo histórico, apoiada nos dispositivos constitucionais que asseguram a liberdade de expressão. Difundir a desagregação da família, o sexo livre, o homossexualismo, as taras, a violência, o consumo de drogas, tudo isso PODE. Só NÃO PODE duvidar-se das cifras do Holocausto; afirmar-se que o assassinato de 6 milhões de judeus pelos nazistas é A MENTIRA DO SÉCULO.

É possível que o rochedo triunfe sobre a concha que contra ele é arremessada. Aliás, dentro da lei das probabilidades, é isso que ocorre em 99% dos casos. Mas a tradição judaica ensina que o 1% também pode ser vitorioso. Se assim não fosse, jamais David teria superado Golias...

Os processos movidos contra S. E. CASTAN certamente resultarão no "efeito boomerang", porque no frigir dos ovos a justiça não poderá chegar a outra conclusão senão a absolvição do "réu" de todas as acusações que lhe são imputadas. A condenação de S. E. CASTAN daria margem a que católicos processassem protestantes; estes a espíritas; estes a umbandistas; estes aos mórmons e assim por diante... De igual modo, a caça à liberdade de pensamento e expressão, pelo antecedente jurisprudencial, abarrotaria as esferas judiciais de reclamações de gremistas contra colorados; de brizolistas contra quercistas; de apreciadores da música "pop" contra os aficcionados do clássico; de amantes do verde contra os apreciadores do amarelo; de homossexuais contra os heterossexuais; de

maconheiros contra tabagistas...

Foram muitas e de variados tamanhos as pedras jogadas sobre o telhado de S. E. CASTAN. Causaram-lhe danos físicos e morais e trouxeram-lhe incalculável prejuízo financeiro. Mesmo sendo um pacato cidadão que se dedicou a revisar a História, sem idéias preconcebidas, sem outro objetivo senão buscar a verdade, os "patrulheiros ideológicos" sentiram-se ameaçados e, ao invés de contra-argumentar, como fazem as pessoas de bem, puseram-se a esbravejar e dar marradas para todos os lados. Passada a fase do esbravejamento e das marradas a esmo, não resta outro caminho a S. E. CASTAN senão o da busca de reparações.

Aliás, aqueles que hoje se mostram contrariados com a atividade revisionista da História da Segunda Guerra Mundial, revelaram-se no final daquele conflito eméritos "cobradores de reparações". A cifra de 6 milhões tem muito a ver com o tamanho das reparações. Principalmente em razão disso, É PROIBIDO NEGAR A VERACIDADE DOS 6 MILHÕES. (Na atualidade, em vez da antiga expressão "reparações" é utilizada a designação "remediação". Os judeus, no entanto, insistiram na expressão "reparações". A "reparação" alemã é para a potência mundial dos serviços secretos — Israel, uma instituição imprescindível. Os vencedores da guerra passaram aos judeus as exigências de reparações ocidentais e, desse modo, eles se tornaram os grandes credores da dívida alemã.) Ninguém duvida que o montante das "reparações" por 1,5 milhão de mortes (total divulgado recentemente pelo Governo polonês, e ainda totalmente exagerado, com relação a Auschwitz-Birkenau) é bem menor do que o correspondente a 4 milhões (total oficializado pelos judeus). E ainda muito menor se forem aceitas as cifras divulgadas pela Cruz Vermelha Internacional, em 1984, ou pela agência Tass, em 21 de setembro de 1989 que fixa 74.000 óbitos.[11]

Voltando ao "efeito boomerang" a que se fez referência linhas atrás, e baseados na convicção de que S. E. CASTAN aproveitará a lição histórica dos que tanto lutaram e ainda lutam por "reparações", é forçoso acreditar que os ofendidos de hoje serão colocados, amanhã, na posição de ofensores, tão-logo a justiça do País dê os seus veredítos sobre as ações movidas contra o historiador-editor.

Se a liberdade de pensar e de dizer foi banida deste País, todas as conquistas de seu povo na senda da democracia irão por água abaixo. A

(11) A cifra divulgada pela Cruz Vermelha Internacional e pelo Governo soviético refere-se ao número total de mortes naquele campo. O número de óbitos judeus seria certamente menor.

Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, depois de mais de duas décadas de arbítrio, consagra a liberdade de expressão em seu artigo 5º (IV, VIII, IX, etc...)

Reportando-se às acusações de "racismo" assacadas contra os revisionistas e suas obras, Sérgio da Costa FRANCO escreveu em sua coluna do Jornal "Zero Hora": "Dada a amplitude das liberdades fixadas no artigo 5º (de manifestação do pensamento e de expressão da atividade intelectual) e da regra taxativa do artigo 220 e parágrafo 2º, no tocante à vedação de qualquer censura de natureza política, ideológica e artística, nada poderá ser feito contra racistas (ou outros autores de idéias arrevesadas), enquanto não transitarem da idéia para o ato e o fato. Dir-se-á, talvez, que a mesma Carta determinou que a "prática do racismo" constitui crime inafiançável e imprescritível, mas, note-se bem, a "prática do racismo" e não a sua teorização ou sustentação ideológica." Sérgio Costa FRANCO confirma aqui o que se exemplificou em relação ao uso de gás liquefeito de petróleo em motores de combustão (prática de infração penal) e à análise teórica das vantagens decorrentes de seu uso (sustentação ideológica).

São absurdas e inconsistentes, pois, todas as alegações daqueles que levaram S. E. CASTAN (Siegfried Ellwanger) aos tribunais.

A propósito do quiproquó, o jornalista Janer CRISTALDO, autor de muitos livros e artigos de larga aceitação, assim se posicionou ("RS — Jornal do Jockymann", 16 de setembro de 1989):

> "Proposição das mais risíveis só mesmo a de Flávio Koutzii, declarando "persona non grata" a Porto Alegre um cidadão que resolveu editar, entre outros títulos, os "Protocolos dos Sábios de Sião". Sem ser anti-semita, tenho os Protocolos em minha biblioteca. Como também tenho biografias e obras de Stálin. Pois não podemos combater o obscurantismo sem saber o que pensam seus porta-vozes. O curioso é que Flávio, judeu e marxista, jamais se preocupou em censurar obras ou odes a Stálin ou Lênin. Pelo contrário, insistia em divulgá-las na Livraria Universitária, antes de jogar-se na aventura suicida e romântica que o levou aos cárceres da Argentina. E tem mais: nos círculos do livro, todos conhecemos aquele militante do PC que sempre imundava a Feira do Livro com os Protocolos. "Caixinha para o partido" — me confessava. — "O Bom Fim compra tudo para depois queimar".

Leio que na II Bienal do Livro, no Rio de Janeiro, foi interditado o estande do editor gaúcho, por determinação do governador Moreira Franco, sob a acusação de fazer propaganda do nazismo. O propósito pode ser sublime. O curioso é que essa bienal abriga um estande da OLP, organização que tem freqüentado as páginas internacionais não exatamente por suas atividades editoriais, e sim pelo rastro de sangue que deixa por onde passa. Esse mesmo estande estava instalado na última Bienal de São Paulo. Salvo escassos livros, exibia posters e camisetas de Arafat, e um vídeo reproduzindo permanentemente cenas da Intifada. E jornalista algum falou em anti-semitismo. Vai ver que anti-semitismo de esquerda é bom, digno e justo. Só é mau e reprovável o anti-semitismo de direita. (...) Ou seja, a Inquisição está mais viva do que nunca. Mais dia menos dia estaremos proibidos de contar piadas de judeus, ou de negros, ou de portugueses, nordestinos ou gaúchos. Acontece que piada só se faz em cima de alguém. Não me espantaria que amanhã alguém se disponha a proibir um determinado gênero literário, como o humor, por exemplo. (...) Sem falar que, se formos proibir os que incitam ao genocídio, à escravidão, à tortura, teríamos de começar, antes de mais nada, pela Bíblia. Quem se habilita?''

O leitor Ademar Silva TEIXEIRA, residente na cidade de Rio Grande, endereçou ao ''RS — Jornal do Jockymann'' este interessante depoimento (publicado em 28/29 de outubro de 1989, p. 2):

> ''Sou negro. Há vinte anos seria preto. Não preciso que ninguém me explique o que é racismo. Não quero legar para meus filhos as humilhações que passei. O Brasil não foi a terra dos meus avós ou bisavós, mas é a minha terra. Quero colaborar com todas as minhas forças para que ela se torne um grande país de homens realmente livres. Eis a razão de minha carta.
>
> Acompanho, mesmo distante, a discussão que existe na capital sobre um determinado livro. (O depoente se refere'a obra pioneira do revisionismo brasileiro — ''Holocausto, Judeu ou Alemão'', de S. E. CASTAN.) Acho, porém, que se vamos discutir racismo não podemos ficar apenas dentro da ótica judaica. Quantos judeus foram aniquilados? 3 milhões? 6 milhões? Mesmo que fossem 12 milhões, ainda assim seria um número insignificante diante do que fizeram à

raça negra. Em dois séculos, 100 milhões de negros foram arrancados de seus lares e vendidos como escravos. 20 milhões que recusaram o cativeiro se mataram ou foram mortos pelos traficantes. Pelo menos outros 30 milhões morreram embaixo da tortura na América e no Oriente Médio. É o maior e o mais horrendo genocídio de todos os tempos. Não há ninguém de raça branca que possa apresentar as mãos limpas do sangue negro. Até mesmos os judeus, que agora clamam contra o racismo, participaram desse crime. Eles eram *acionistas principais* das companhias inglesas e holandesas que exploravam o tráfico de escravos. Ainda agora, na África do Sul, a colônia judaica apóia o regime do "apartheid". O Estado de Israel é amigo e aliado do Governo sul-africano, para quem vende armas e segredos atômicos. Nunca li ou ouvi uma única palavra de protesto de líderes, políticos ou escritores de origem judaica contra esse estado de coisas, que me parece bem mais repulsivo que um simples livro. Luta contra o racismo? Nosso aplauso e nosso apoio. Mas que seja contra todos os racismos e não apenas contra os pruridos de alguns brancos melindrados."

Estevão KOWALSKI, um filho de poloneses residente em Porto Alegre, deu a seguinte opinião ("RS — Jornal do Jockymann", 21/22 de outubro de 1989, p. 2):

> "Sou filho de poloneses e meu pai sofreu na própria carne todos os horrores da Segunda Guerra Mundial. Ele inclusive veio para o Brasil em busca de paz e liberdade, duas coisas que não existiam mais na Polônia. Perdemos dois tios em Auschwitz, pelo crime de serem patriotas. Há três anos, antes de morrer, meu pai esteve em visita à sua terra natal e ao campo de concentração maldito. Ele nos contou que morreram MAIS POLONESES em Auschwitz do que russos, ciganos ou JUDEUS. No entanto, os poloneses não guardaram rancor dos alemães, nem fizeram dos campos de concentração um monumento às suas vítimas. E os senhores sabem por quê? Porque há séculos e séculos os poloneses são invadidos, ocupados e mortos e sabem, como todos os povos oprimidos — (inclua-se aqui os residentes nos territórios árabes ocupados por Israel) — que as desgraças devem ser esquecidas, e não lembradas. Lastimo que os judeus não pensem o mesmo. Já há ódio demais no mundo."

Egon D. WEBER, residente em Santa Maria, emitiu a seguinte opinião, publicada em "RS — Jornal do Jockymann", de 14/15 de outubro de 1989:

"Sou neto de alemães e tenho muito orgulho de minha descendência. Meu pai era brasileiro (e não alemão-brasileiro!) e desde jovem foi contrário ao nazismo por motivos religiosos. Fui menino durante a Segunda Guerra Mundial e portanto ela não me afetou, porque eu vivia no interior de Santo Ângelo, onde não existiam essas preocupações. (...) De uma semana pra cá, vejo em parte da imprensa uma grande preocupação com o anti-semitismo. O problema realmente não me preocupa, mas acontece que no meio dessa discussão se retorna à velha propaganda de guerra americana. Ou seja, todos os alemães são nazistas, todos os alemães são cruéis e coisas do mesmo tipo. Mas será que alguém duvida que SE HITLER TIVESSE VENCIDO AS OPINIÕES SERIAM DIVERSAS? Li em um livro que Goering disse em Nuremberg que aquela não era a justiça dos Homens, mas a Justiça dos Vencedores. Acho que ele estava absolutamente certo. Até hoje não se sabe o que realmente aconteceu na última Grande Guerra, porque só temos a versão dos vencedores. E ela sempre esquece de dizer que morreram 25 milhões de alemães no conflito."

Luiz ROCHA, produtor gráfico e editor do jornal "O Investidor" escreveu o seguinte editorial, intitulado — *"A Polícia Ideológica"*:

"A primeira vítima de uma guerra é sempre a verdade"
Luiz H. ROCHA

"Integrantes do Movimento Popular Anti-Racismo entregaram ontem ao coordenador das Promotorias Criminais de Porto Alegre, André Vilarinho, um dossiê de documentos que embasam seu pedido para apreensão de milhares de livros publicados pela Revisão Editora — uma gráfica gaúcha que tem se especializado em publicar obras de autores que exaltam o nazismo." Este é o **lead** de notícia publicada no jornal "Zero Hora", de 31 de agosto de 1989. A mesma notícia finaliza — "O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, abriu um precedente legal proibindo a venda das publicações da Revisão Editora num estande da Bienal do Livro."

Na verdade, o precedente que no entender do redator é legal, não é nada legal. O que está acontecendo realmente, é que novamente, interesse de poucos, mas poderosos, vem a tolher a liberdade, a mais inalienável de todas: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO. É incontestável o valor histórico/cultural dos títulos publicados pela dita editora, cujo editor é pessoa de idoneidade incontestável.

O que caracteriza estas ações, sejam elas de quem forem, mas sempre apoiadas pelos meios sionistas (dos quais não se exclui a nossa Zero Hora, a Manchete e outros) é o policiamento ideológico. Isto sim, abre precedentes para que futuramente, toda e qualquer coisa que não agradar a certos grupos, ser tolhida. A História precisa da Revisão, há muito que pôr em pratos limpos e urgentemente, para que mais uma geração não caia no conto dos Aliados, e na sua história oficialesca. É preciso rever, não importa que seja a história da Alemanha, pois isto vai abrir precedentes para revermos nossa história, nossas forças ocultas que derrubam presidentes, nossa revolução e até nossas guerras, como a do Paraguai. Desta, a história caiu no ridículo já faz tempo, mas não houve ainda historiadores e/ou editores com a coragem suficiente para bancarem a versão verdadeira. A história de uma guerra, depois de vencida, é feita de mentiras pelos vencedores, pois têm estes de encobrir suas barbaridades, de preferência exaltando os erros dos outros. (Ou inventando mentiras, o que é muito pior.) O Nazismo foi o movimento certo, na Alemanha daquela época. Havia nele preceitos racistas, mas profundamente necessários num País onde o estrangeiro espoliava seus bens dia-a-dia, e o povo padecia de miséria. (...) É inegável o valor do nacional-socialismo, visto que a Alemanha de inflações astronômicas voltou ao desenvolvimento acelerado e principalmente ao bem-estar do povo. É certo que nenhuma ditadura é boa, pois acaba nisto que estão fazendo aqui: liberdade de expressão cerceada.

O governador Moreira Franco lançou mão de artefatos da ditadura para proibir a Revisão Editora de comercializar seus livros na Bienal do Livro no Rio de janeiro. E certamente não foi só a referida editora prejudicada e sim todos nós, na medida em que nos escondem, mesmo que não seja a verdade no entender de alguns, a outra versão. (...) A

liberdade é direito universal do homem, e fundamentalmente a liberdade de expressão do pensamento.

Quanto ao fato de ser literatura alegadamente de tendência racista, um dos movimentos que assinam o pedido mencionado no início deste, é o Movimento Negro, movimento que no nome já é dito, é de negros, e só de negros. As sinagogas por acaso são abertas aos não judeus?

Qual é o bairro italiano em Porto Alegre? Qual é o bairro negro? Qual é o bairro judeu? Bom, fim da questão racial.

Enfim, o precedente que isto abre é de futuramente sermos tolhidos em nossa informação, censurados. Imagino, agora ao meu lado um revisor-censor a riscar minha inusitada crônica, e o povo continuando a viver na falsa luz da história oficialesca...''

O jornal ''Zero Hora'', de 3 de novembro de 1989, viu-se obrigado, certamente a contragosto, a registrar algumas opiniões emitidas por visitantes da 35ª Feira do Livro de Porto Alegre (p. 7 do Segundo Caderno):

> ''Não sou favorável à proibição de circulação de livros, mesmo que sejam nazistas. Sou contra isso. A população brasileira é que precisa estar preparada para resistir às falácias de conteúdo. O importante é a conscientização e jamais a imposição contrária à liberdade de expressão.'' (Luís Carlos PRESTES)

> ''Bons ou ruins, os textos são de controvérsia histórica. Não chegam a ser de proselitismo. Além disso, não há qualquer coação no sentido de forçar os indivíduos a aceitarem o nazismo.'' (Um filósofo não identificado pelo jornal).

O jornal ''Tribuna da Imprensa'', do Rio de Janeiro, na edição de 25 de agosto de 1989, afirmava em manchete'': ''ESCRITORES REPUDIAM CENSURA DA PREFEITURA''. Eis um resumo do texto:

> ''Em nota oficial distribuída aos órgãos de comunicação o SNEL — Sindicato Nacional dos Editores de Livros, e a Câmara Brasileira do Livro rejeitam qualquer tipo de censura aos stands e publicações

presentes nesta IV Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro.

De acordo com a nota do SNEL e da Câmara do Livro, coerentes com a sua posição democrática, sempre reafirmada, mesmo nos piores momentos de um passado recente obscurantista, o SNEL e a Câmara Brasileira do Livro, patrocinadores da IV Bienal do Livro, declaram-se, mais uma vez, contrários a todas manifestações de sectarismo irresponsáveis, que tentam impor censura e promover censores. Câmara e SNEL recusam-se a admitir atitudes deste gênero, sequer considerá-las, partam elas de onde for, e rejeitam, de forma categórica, o papel antidemocrático de censores de idéias, que lhes querem impor, neste passo seguros de estar respaldados por todos os editores participantes do evento e pela intelectualidade brasileira em seu todo." (p. 8)

Estas e centenas de outras manisfestações contrárias ao "patrulhamento ideológico" e, obviamente, favoráveis à liberdade de expressão, certamente serão levadas em conta pelos tribunais que irão julgar S. E. CASTAN. Ao lado do dispositivo constitucional brasileiro, que assegura a liberdade de expressão, perfila-se a opinião de uma infinidade de pessoas, de órgãos de classe (como o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e a Câmara Brasileira do Livro) e, acima de tudo, o espírito da justiça.

Por definição consensual dos teóricos de maior renome, liberdade é a possibilidade de uma pessoa fazer suas próprias escolhas e pô-las em execução. Para que uma pessoa usufrua de liberdade, não devem haver restrições ao seu pensamento e expressão. Deve também dispor dos meios e da oportunidade de pensar, falar, escrever e agir sem ser controlada por pessoas ou grupos.

Do ponto de vista legal, a pessoa é livre, quando a sociedade não lhe impõe nenhum limite injusto, desnecessário ou absurdo. Entendem os pensadores que a sociedade também deve proteger seus direitos, isto é, suas liberdades, poderes e privilégios básicos. Uma sociedade livre tenta que seus membros desfrutem, igualmente, da mesma liberdade.

Existem diversos tipos de liberdade. A que interessa à questão aqui discutida, é a liberdade social, que compreende a liberdade de expressão, imprensa, religião, reunião, liberdade acadêmica e o direito ao justo processo legal.

Liberdade de expressão é o direito de uma pessoa de expressar em particular ou em público (como através de livros, por exemplo) o que

pensa. A liberdade política depende, fundamentalmente, desse direito. É necessário que as pessoas mantenham discussões livres e troquem idéias a fim de que possam pronunciar-se judiciosamente sobre questões ideológicas ou políticas. Impedir as pessoas de expressar-se, ou de ter acesso a todas as expressões do pensamento, é atentar contra a mais necessária de todas as liberdades — a liberdade de refletir criticamente e de tomar posições independentes.

Liberdade de Imprensa é o direito de publicar idéias, fatos e opiniões, SEM INTERFERÊNCIA DO GOVERNO OU DE GRUPOS PRIVADOS. Esse direito estende-se a todos os órgãos de divulgação; emissoras de rádio, cinemas, televisão, jornais, revistas, livros, etc...

Atentar contra esses dois tipos de liberdade, é permitir que uma facção domine e controle a opinião pública. É contribuir para que uma sociedade reprimida pense e aja como se fosse constituída por uma troupe de marionetes.

• • •

Para finalizar esta abordagem sobre a liberdade de expressão, impõe-se a análise de uma recente reportagem publicada no jornal "Zero Hora" (11 de outubro de 1992, p. 24/25). Há três anos, sistematicamente, o referido órgão de imprensa vem combatendo o revisionismo histórico da Segunda Guerra Mundial, contribuindo através de reportagens, editoriais, crônicas e artigos, além de "a pedidos", para escamotear uma versão cada vez mais consistente daquele conflito. A Revisão Editora e seu acionista maior, Siegfried Ellwanger (S. E. CASTAN), têm sofrido uma perseguição implacável, arcando com incalculável prejuízo moral e financeiro, cujos reflexos se fazem sentir sobre o quadro de funcionários da empresa, sobre os autores que têm títulos por ela publicados, e principalmente sobre a grande parcela da sociedade, desejosa de conhecer o outro lado da verdade.

O "revisionismo" para o jornal "Zero Hora" é crime, de acordo com inúmeras manifestações: "Existe em Porto Alegre um movimento para o ressurgimento do nazismo.... Ellwanger sustenta teses francamente anti-semitas." (20 de outubro de 1989, p. 17) "A publicação de literatura anti-semita, através da Revisão Editora, de propriedade de Siegfried Ellwanger, há dois anos tem provocado o ressurgimento de idéias nazistas e racistas no Brasil." (22 de setembro de 1989) "Não há como ou porque

esconder que livros como esse que tenta provar que o genocídio de judeus na Europa dominada pelos nazistas simplesmente não houve, existem e vendem porque uma boa parcela do público está pronta a acreditar neles. É a mesma parcela que acha que toda a história da Europa desde o século XVI não passa de anotações nas margens dos livros contábeis dos Rotschilds e que todas as agruras do mundo são uma conspiração judia. As pessoas têm fome de simplificações e de vilões fáceis, ainda mais em tempos complicados e de explicação difícil. Mas se temos que conviver com os simples, não temos que conviver com os qué envenenam e infectam a sociedade em que vivem. Pelo menos não sem chamá-los pelo nome exato de CRIMINOSOS." (Luís Fernando VERÍSSIMO. In: "Zero Hora", 28 de julho de 1989, p. 4)(12)

Mas se é "proibido" e inconveniente revisar a História da Segunda Guerra Mundial, é salutar a revisão do descobrimento da América. Um fato histórico ocorrido há 500 anos ainda não chegou à verdade, ainda se apóia em duas versões conflitantes. Ao contrário do que se propõe para o trato histórico da Segunda Guerra Mundial, ocorrida há apenas 50 anos, incentiva-se a pesquisa de uma realidade com cinco séculos de existência. A concordância na dinamicidade da História parece ter limites. É permitido revisar "isto", mas é proibido revisar "aquilo"!

Eduardo BUENO, enviado especial de "Zero Hora" ao Caribe, afirma que há discordância de pontos de vista entre os historiadores que cobrem, in loco, a efeméride do Descobrimento:

> "Alguns, como o próprio John Noble WILFORD, do "The New York Times", autor de uma recente e oportuna biografia de Colombo, são "revisionistas", atacam Colombo e pensam nos lucaios. Outros, são "tradicionalistas" — estão aqui dispostos a celebrar a façanha do almirante. Todos, de alguma forma, parecem altamente reflexivos. O local de fato é poderoso e convida à meditação sobre o que se passou meio milênio atrás."(13)

---

(12) É interessante lembrar que um dos livros que acham que *"toda a história da Europa desde o século XVI não passa de anotações nas margens dos livros contábeis dos Rotschilds"* foi escrito pelo americano Henry FORD e se intitula *"O Judeu Internacional"*. Pois essa obra, hoje catalogada no rol das leituras indesejáveis, foi publicada na década de 1930 pela Livraria do Globo, época em que todo o editorial daquela empresa era selecionado por nosso emérito e saudoso Érico VERÍSSIMO.

(13) Jornal "Zero Hora", 11 de outubro de 1992, p. 24-25. (O autor do texto faz clara alusão ao método racional, aludindo à reflexão crítica e não ao método tradicional do Empirismo, que se apóia na experiência e anetematiza a razão.)

O autor do texto "A Ilha da Controvérsia celebra os 500 anos da descoberta da América" não fica "em cima do muro". Entre as duas opções possíveis — ficar com os "tradicionalistas" ou optar pela tese "revisionista" — confessa-se partidário desta última:

"Mas, independente de qual a teoria mais próxima da realidade histórica, o fato é que a visão dos lucaios não faz parte delas. Podemos apenas ter uma boa dose de certeza que eles devem ter-se arrependido amargamente de ter recebido como deuses aqueles brancos e barbudos que chegaram em grandes barcos. A maior parte deles — Colombo inclusive — eram pouco mais do que aventureiros sequiosos por ouro, O fato de não haver uma só pepita em San Salvador não salvou seus habitantes nativos da lei da espada."(14)

O jornal "Correio do Povo", de 12 de outubro de 1992, p. central ("Correio Especial"), não deixa por menos:

"Hoje, cinco séculos após o anúncio de Triana, em meio às comemorações, entidades anti-Colombo contrapõem à versão oficial a observação de que 1492, referência libertária para o homem europeu, abriu caminho para o massacre de grandes civilizações, como a Asteca e a Inca, e um genocídio que acreditam ter vitimado até 90 milhões de indivíduos."

Essas manifestações de claro apoio ao "revisionismo histórico" estão aí para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da posição daqueles que duvidam da versão "oficial" da Segunda Guerra Mundial. Eles não têm por objetivo insuflar o racismo, nem tampouco levantar a opinião pública contra ideologias, etnias ou pontos de vista. Sua intenção é resgatar a verdade. Permitir às pessoas refletir conscientemente, a fim de que possam optar, sem manipulações, pela versão que lhes parecer a mais correta.

Aliás, a respeito da ação revisionista e sua possível influência sobre os "skin-heads" (carecas), a Revista Veja (Ano 24, nº 44, de 28 de outubro de 1992, p. 7/9) publica sugestiva entrevista com a antropóloga Márcia Regina da COSTA, que desde o ano de 1989 vem convivendo com aqueles grupos, a fim de escrever sua tese de doutorado. Diz Márcia Regina da COSTA: "Não se trata apenas de meia dúzia de baderneiros, infelizmente. São jovens operários ou filhos de operários, trabalhadores

(14) Idem, p. 25.

pouco qualificados, e surgiram na periferia de São Paulo e no ABC na década de 80, como uma dissidência dos punks... Há carecas em Campinas, interior de São Paulo, Brasília, Paraná e Rio de Janeiro. São jovens nacionalistas que têm uma profunda desconfiança dos partidos políticos e ultimamente vêm se identificando com os "skin-heads" europeus... São radicalmente contra o uso da droga... São também contra a marginalidade e vêm de uma família em que a irmã ainda deve casar virgem. Repetem o discurso conservador dos pais. Um careca costuma dizer que não quer ser maloqueiro. Não quer vender fumo para sobreviver, quer trabalhar e viver com dignidade... Quem quer ser integrante da gangue, não pode ser confundido com um bandido..."

Ora, se os "skin-heads" surgiram no início da década de 1980, como constata a antropóloga, de modo algum podem ter surgido em razão da literatura revisionista brasileira, cuja primeira obra — "Holocausto Judeu ou Alemão? — Nos Bastidores da Mentira do Século" — foi lançada ao público em 1987.

O que parece claro a esta altura é que os "skin-heads" até bem pouco tempo atrás passaram despercebidos. Eles não incomodavam a quem quer que seja, mesmo porque o repúdio à droga, à marginalidade, ao sexo livre, à pornografia e ao modernismo não refletem uma atitude condenável. Muito menos se poderá abominar o apego à família e o amor ao trabalho...

Os "skin-heads" passaram a interessar algumas pessoas e "federações" quando se percebeu a possibilidade de vinculá-los ao revisionismo histórico da Segunda Guerra Mundial! Em outras palavras, o que está "incomodando" não são os "skin-heads". O que contraria interesses é o revisionismo histórico!

No dia 28 de setembro de 1992, o jornal Zero Hora informou que dois cemitérios judaicos de Porto Alegre teriam tido seus túmulos pichados com suásticas e "frases nazistas". O administrador de um dos cemitérios — de acordo com o mesmo jornal — teria flagrado três "cabeças-raspadas" pulando o muro, de madrugada, "porém não chegara a ver se tinham, realmente, a cabeça raspada..."

No dia 6 de outubro de 1992, também em Zero Hora, o presidente em exercício da Federação Israelita de Porto Alegre, Hélio Neumann Sant'Ana, afirmava: "Teme-se o crescimento desse tipo de manifestações, a partir das publicações de cunho racista da Editora Revisão, de propriedade de Siegfried Ellwanger..."

Eis a verdade escondida: os "skin-heads" são produto do revisio-

nismo! Suprima-se a liberdade de expressão e os "cabeças-raspadas" sumirão de circulação! Salta aos olhos a velha solução do Nó Górdio: na impossibilidade de desfazer o nó, corte-se a corda e estará eliminado o problema!

Mesmo com "pichadores e caçadores de livros em ação", a mentira está rapidamente encurtando os passos (e nem poderia ser de outra forma, porque a sabedoria popular diz que ela tem pernas curtas).

Aqueles que não querem que seus filhos e netos pensem como os brasileiros, embora residindo no país, aqueles que abjuram os "casamentos mistos"; aqueles que confessam ter "amizades infiltradas no governo, e concitam seus consangüíneos a votar de acordo com seus interesses" (lixem-se os interesses nacionais!) e que, apesar de tudo, acusam aos outros de *racistas*, acabarão derrotados pela verdade.

Num horizonte não muito distante surge, ainda tênue, uma nova madrugada. A luz que de lá emana não tem a inconsistência do bruxulear. Deixa antever a radiosidade de uma manhã límpida, fúlgida, onde mesmo os cegos terão privilégio de discernir.

IV — O "REVISIONISMO" EM MARCHA

Cronologicamente, o Revisionismo Histórico da Segunda Guerra Mundial começou na França através de Maurice Bardéche, vindo a ele juntar-se, posteriormente, Paul Rassinier e Robert Faurisson. François Duprat, outro notável historiador francês, teve sua obra revisionista paralisada por obra e graça de um grupo de terroristas sionistas que reivindicou a autoria de seu assassinato.

Nos Estados Unidos destacaram-se, como pioneiros, os veteranos Harry Elmer Barnes e Montgomery Belgion, cujo trabalho em muito contribuiu para desmistificar diversos aspectos da colossal engrenagem de mentiras tecidas pelos vencedores da última guerra mundial.

Na *Suécia, Canadá, Espanha, México, Brasil, Argentina etc.* e na própria Alemanha (apesar da repressão) foram surgindo, ainda que timidamente, renomados historiadores dispostos a apontar a rede de embustes e mentiras, cuja tessitura tinha por objetivo desviar os olhos do mundo dos verdadeiros criminosos de guerra, mantendo as pessoas alienadas da realidade. Em contrapartida, a tarefa revisionista, como não poderia deixar de acontecer, acabaria lancetando um tumor purulento que traria grande prejuízos financeiros àqueles que receberam procuração (com direito de exclusividade) para extorquir da Alemanha vencida uma polpuda reparação de guerra. (Os governos alemães do pós-guerra já desembolsaram seis bilhões de libras esterlinas a favor do Estado de Israel (que nem sequer existia durante a Segunda Guerra Mundial), além de outro tanto como decorrência de petições individuais. Esse úbere generoso e inesgotável vem carreando apreciáveis recursos, tanto para o Estado de Israel como para os peticionários individuais, sob a alegação de que *seis milhões de judeus foram assassinados pelos alemães (nazistas) no curso daquele período bélico (1939 - 1945)*. A grande maioria das vítimas teria perecido em câmaras de gás, asfixiadas pelo Zyklon B. A esse crime monstruoso, levado às telas do cinema e da televisão, relatado por centenas de livros

de ficção e história, dissecado em pormenores por jornais e revistas, intitulou-se de Holocausto. Hoje em dia, qualquer adulto ou criança sabe que quando se ouve falar em Holocausto alude-se ao assassinato dos seis milhões de judeus, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. O genocídio das grandes civilizações americanas, dos povos africanos naquele território continental ou no solo da América escravista, dos habitantes de Hiroshima e Nagasaki, de Dresden e de outras cidades alemãs, nada disso tem a ver com Holocausto.

Holocausto é tabu. Colocar dúvidas sobre a natureza e/ou magnitude numérica do acontecimento é extremamente arriscado. Poucos são os que se atrevem a fazê-lo. Na França, François Duprat foi calado para sempre. Paul Rassinier e Robert Faurisson sofreram tanto agressões físicas como morais e legais. No canadá, Ernst Zündel foi levado às barras do tribunal... Duvidar das origens de Jesus Cristo é menos perigoso do que duvidar do Holocausto. As Igrejas cristãs já não tomam medidas drásticas contra os hereges. Foi-se o tempo da Inquisição, que tanto pavor e morte levou aos praticantes do judaísmo. Mas os processos inquisitoriais sobrevivem neste século XX, ainda que os povos se digam amantes da liberdade e da democracia. Não são levados aos tribunais os hereges, mas conduzem-se a eles os que duvidam do Holocausto!

Há pouco tempo, certamente a contragosto, a mídia anunciou o tardio assumir de culpa dos soviéticos pelo massacre de Katyn. Mas o principal detalhe referente ao caso não chegou ao conhecimento do público. Omitiu-se a informação de que uma dezena de oficiais alemães foi injustamente julgada, condenada e executada pelos verdadeiros criminosos por um pretenso crime. A lápide do monumento de Katyn, que tinha gravada para a posteridade a "culpabilidade alemã", foi removida. Mas, até hoje, ninguém reabilitou esses alemães injustamente desonrados e assassinados. Tampouco suas famílias foram procuradas para o recebimento de "reparações"... Não se deve esquecer que a União soviética se perfilava entre os vencedores da guerra, e que somente os perdedores cometem crimes!

A atitude de repulsa à obra "O Massacre de Katyn", lançada em janeiro de 1989 pela Revisão Editora, tem muito a ver com a conhecida brincadeira infantil da "Cabra-Cega", em que um dos participantes, de olhos vendados, tenta se aproximar de uma determinada pessoa ou objeto, e é avisada: "— Está frio!" ou "— Está quente!" Ao estrilar, através de "Zero Hora", contra "*publicações que davam nova versão sobre crimes praticados na Segunda Guerra*", o Sr. Jair Krischke, representando muito

mais os interesses judaicos do que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, procurou acabar com a brincadeira que estava se tornando perigosa. Cabe aqui uma pergunta: o então conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, tão zeloso em reparar injustiças, tomou qualquer iniciativa em desagravo à monstruosidade que se fizera contra os oficiais alemães julgados, condenados e assassinados pelos soviéticos? Isto, sim, teria sido medida coerente e compatível com qualquer movimento de justiça e direitos humanos que se preze!

Ocorre que não se tratava ali de se defender a justiça ou os direitos humanos (o mais sagrado deles é a liberdade de expressão), mas de impedir que a primeira mentira desmascarada desencadeasse a derrubada de outras pedras de um dominó viciado. E dentre as mentiras que poderiam vir à lume situava-se a mais bem guardada dentre todas, aquela que se transformou no "Tabu do Século XX" — o Holocausto!

A dúvida que levou os revisionistas a reavaliar a natureza e amplitude estatística do Holocausto não nasceu de "paixões ideológicas pelo nazismo", tampouco de sentimentos anti-semitas, mas da análise de fatos, circunstâncias, dados irretorquíveis, laudos científicos, enfim, de uma série cada vez mais numerosa e consistente de evidências.

Declinar a totalidade dessas evidências demandaria páginas e mais páginas, tanto é assim que uma dezena de livros revisionistas não se mostrou suficiente para esgotar o assunto. Para não deixar o tema em brancas nuvens, para que não se pense que o revisionismo é uma utopia de lunáticos, vai aqui um resumo desse caudal de evidências.

1 — O "World Almanac" (edição de 1947), assim como o "American Jewish Committee Bureau", do Conselho de Sinagogas da América, afirmam que no momento da irrupção das hostilidades (1939), havia sobre a Terra uma população de 15.688.259 judeus, e nove anos depois, em 1948, entre 16,8 a 18,7 milhões de judeus (confirmado pelo "New York Times" de 22 de fevereiro de 1948). Isto supõe um aumento da população mundial judia de 1,2 a 3,1 milhões. Seriam esses dados possíveis, levando-se em consideração o fato de que no mesmo período SEIS MILHÕES de judeus foram assassinados pela Alemanha nazista?

2 — Os propagadores do Holocausto insistem em citar a existência de câmaras de gás como o meio mais comum dentre aqueles pretensamente utilizados para o extermínio. Hoje, não pairam dúvidas sobre a

inexistência de câmaras de gás em dezenas de campos de concentração onde, logo após o término do conflito, propagou-se a existência da prática do gaseamento. Assim, nem mesmo os próprios judeus ousam insistir na existência de câmaras de gás em Dachau, Osnabruck, Esterwegen, Neuegamme, Ravensbruck, Bergen-Belsen, Oranienburg, Sachsenhausen, Buchenwald, Mauthausen, Theresienstadt, Gross Rose, etc... Quando do julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém (abril de 1961), os acusadores se contentaram em admitir que o gaseamento de judeus só ocorrera em seis dentre as várias dezenas de campos existentes: Auschwitz-Birkenau, Maidanek, Sobibor, Treblinka, Chelmno e Belsec. Recentemente, o engenheiro Fred A. Leuchter, residente em Boston, Estados Unidos (especialista no projeto e fabricação de equipamentos usados nas prisões de todos os Estados Unidos), divulgou um relatório de pesquisa realizada nos campos de concentração de Auschwitz-Birkenau e Maidanek, ambos localizados em território polonês. Conclusão do referido especialista: *jamais existiram câmaras de gás naqueles dois campos.* Deduz-se que, na atualidade, apenas quatro campos ainda não tiveram descartada a possibilidade da existência de câmaras de gás. Cientificamente já não é possível chegar-se às mesmas conclusões obtidas no que se refere a Auschwitz-Birkenau e Maidanek porque as instalações dos quatro campos foram inteiramente destruídas pelos soviéticos quando da "libertação". Subsiste a "palavra" deles (bastante abalada depois do episódio Katyn) contra o ceticismo dos que viram o "mito do gás" desfazer-se campo a campo, à medida em que os especialistas puderam realizar uma investigação séria e baseada na ciência.

3 — Centenas de delegados e representantes da Cruz Vermelha Internacional visitaram regularmente os campos de concentração até o final de 1944, movendo-se no interior deles com inteira liberdade, falando com os presos e observando a totalidade de suas instalações. Nenhuma dessas pessoas compareceu jamais perante um tribunal para comprovar a existência de câmaras de gás. Pelo contrário, como as "testemunhas" eram invariavelmente selecionadas, os delegados e representantes da Cruz Vermelha Internacional eram "dispensados" de comparecimento e, freqüentemente, impedidos de depor.

4 — O relatório final da Cruz Vermelha Internacional estabelece a cifra de 57 milhões de pessoas vítimas da Segunda Guerra Mundial. De acordo com o referido relatório o total de mortos nos campos de concen-

tração alemães chegou a *300 mil* incluindo-se aqui vítimas de *todas as nacionalidades.*

5 — A instituição "International Suchdienst", de Arolsen, estudando minuciosamente todas as listas, dados e informações diversas, chegou à cifra de 530.000 pessoas detidas nos campos de concentração alemães durante o período em que se desenrolou a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Este total inclui todas as nacionalidades, entre mortos, licenciados, liberados e/ou fugitivos.

6 — A maioria das "provas" apresentadas nos "julgamentos" foi testemunhal, estando plenamente comprovado hoje que somente as "testemunhas confiáveis" compareciam diante dos tribunais. Utilizou-se comumente a tortura para arrancar confissões de encarregados e funcionários dos campos de concentração, sendo que muitos deles compareceram diante dos inquisidores como autênticos "farrapos humanos", programados para responder aquilo que convinha aos acusadores. Filmes e fotografias apresentados como prova, eram na maioria das vezes fruto de grotesca falsificação.

7 — Existem inúmeras ofertas de prêmio em aberto para a definitiva e irretorquível comprovação da existência de Câmaras de gás nos campos de concentração alemães:

1) Federação dos Combatentes dos Antigos Soldados Alemães: 10.000 marcos;
2) Historiador britânico David Irving, revisionista interessado em resolver a questão .... 1.000 libras esterlinas;
3) Institute for Historical Review, e Torrance, Califórnia, Estados Unidos .... 50.000 dólares.

Até agora, NENHUMA PESSOA se habilitou a qualquer um dos prêmios oferecidos!

LIVROS À VENDA NA REVISÃO EDITORA LTDA.

* — HOLOCAUSTO JUDEU OU ALEMÃO?, de S. E. Castan. O que realmente aconteceu.
— HOLOCAUSTO JUDIO O ALEMAN?, de S. E. Castan em espanhol.
— HOLOCAUST — JEWISCH OR GERMAN?, de S. E. Castan, em inglês.
— HOLOCAUST — Der Juden oder der Deutschen?, idem, em alemão.
— ACABOU O GÁS!... O FIM DE UM MITO, de S. E. Castan. Engenheiro norte-americano desmente câmaras de gás.
— S. O. S. PARA ALEMANHA, de S. E. Castan. Sensacionais revelaçoes e constatações.
— A IMPLOSÃO DA MENTIRA DO SÉCULO, de S. E. Castan. O derradeiro ato da farsa do "holocausto".
— O MASSACRE DE KATYN, de Sérgio Oliveira. Ponto final à farsa de quase meio século.
* — HITLER CULPADO OU INOCENTE?, de Sérgio Oliveira. Novos fatos e provas referentes à II Guerra Mundial.
— SIONISMO X REVISIONISMO, de Sérgio Oliveira. Fantasias contra realidades.
— A HISTÓRIA DO LIVRO MAIS PERSEGUIDO DO BRASIL, do Jornal RS. Amplo comentário e entrevista com S. E. Castan.
— QUEM ESCREVEU O DIÁRIO DE ANNE FRANK?, de Robert Faurisson. Esclarecendo outra farsa que sensibilizou o mundo.
— CARTA AO PAPA, do Gen. Leon Degrelle. Enviada a João Paulo II quando visitou Auschwitz.
— CONDENADO À MORTE AOS 24 ANOS, de Georges Laperche. A face nunca revelada da "resistência francesa".
* — OS CONQUISTADORES DO MUNDO, de Louis Marschalko. Quem nos governa? Obra vigorosa e de impacto.
* — O JUDEU INTERNACIONAL, de Henry Ford. Impressionantes revelações e previsões do gênio da indústria automobilística
* — BRASIL — COLÔNIA DE BANQUEIROS, de Gustavo Barroso. Um histórico dos nossos empréstimos e dívidas.
* — OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO, de Gustavo Barroso. Faz a melhor análise do famoso plano de dominação mundial.
* — HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL — Vol. I, de Gustavo Barroso. A história que gostariam de eliminar.
— HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL — Vol. II, de Gustavo. Barroso. Idem.
— A BÍBLIA — Velho Testamento, em quadrinhos coloridos. Edição de luxo.
— O CACHORRO, de Marco Pollo Giordani (ficção policial).
— SAPO GAITEIRO E BUGIO DOMADOR, de Marco Pollo Giordani (infantil).
— TEBAS O PEQUENO CAMPEADOR, de Marco Pollo Giordani (infantil).
— BAÚ DE RECUERDOS, de Galvão de Almeida Souza (poesia tradicionalista).

PEDIDOS DE LEITORES E LIVRARIAS PARA: REVISÃO EDITORA LTDA.
Caixa Postal 10466
CEP 90001-970 ou Fone e Fax (051) 223.16.43 — PORTO ALEGRE — RS — BRASIL.

As remessas de livros são feitas por Registro, sem nenhuma despesa adicional.

* *Livros apreendidos pela Justiça do RGS, por pressão de uma Federação estrangeira, a Israelita, aguardando restituição a qualquer momento.*

ADQUIRA — LEIA — PRESENTEIE — DIVULGUE
Os livros fundamentais para a compreensão da história.